

**AO JUÍZO DA <sup>a</sup> VARA DE FAMÍLIA, ÓRFÃOS E SUCESSÕES DA  
CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE XXXXX.**

Processo nº XXXXXXXXX

**Fulano de tal**, nacionalidade, estado civil, profissão, Portadora da Carteira de Identidade n.XXXXX XXX/XX, cadastrada no CPF sob o n XXXXXXXX, residente e domiciliada na XXXXXXXXXX, CEP: XXXXX, telefone: XXXXX, ou XXXXXX, vem, por intermédio da **DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL** vem, por intermédio da Defensoria Pública do Distrito Federal, nos termos da legislação vigente, propor o presente cumprimento de sentença de:

**BUSCA E APREENSÃO DE CURATELADO  
com pedido de tutela provisória de urgência**

Em face de **Fulano de tal**, nacionalidade, estado civil, residente e domiciliada na XXXXXXXXXX, **telefones XXXXXXXXXX** em benefício de **Fulano de tal**, nacionalidade, estado civil, interditado judicialmente, filho de Pai de tal e Mãe de tal, portador do RG n.º XXXXXXX XXX/XX e do CPF n.º XXXXXX, pelos fundamentos de fato e de direito a seguir expostos:

## DOS FATOS

Inicialmente, cabe esclarecer que o curatelado é portador de ESQUIZOFRENIA PARANÓIDE, conforme relatório anexo.

A requerente além de genitora, é curadora legal do beneficiário da medida, tudo em conformidade com o anexo TERMO DE COMPROMISSO DE CURATELA, extraído dos autos de n.º XXXXXXXX

Na data de XX/XX/XXXX, o curatelado, em **decorrência de um surto, foi internado no Hospital Regional de XXXXXXXX.**

No dia XX/XX/XXXX a requerida a acompanhada da tia do interditado (Fulano de tal) dirigiu-se ao nosocômio, e, **sem qualquer comunicação à representante legal, resgatou o interditado, interrompendo e prejudicando seriamente o seu tratamento,** haja vista que ele necessita de fazer uso e várias medicações controlada.

Ainda no ambiente hospitalar, **no dia XX/XX/XX foi prescrita nova medicação para uso do interditado,** que foi adquirida pela requerente, restando, todavia prejudicado o uso pelo curatelado.

A requerente está seriamente preocupada como estado de saúde de seu filho, não sabendo ao certo seu paradeiro, tendo se notícia que está na posse de sua sobrinha e também de **sua irmã Fulano de tal (genitora da requerida), que pode ser contatada pelos telefones XXXXXXXX ou XXXXXXXX.**

Por diversas vezes tentou contato na residência da requerida, tendo esta se portado de forma evasiva e temerária, frustrando a requerente em prover os cuidados com a saúde do curatelado.

Dessa forma não restou outra a alternativa por parte da Requerente, o que vem buscar a tutela jurisdicional perante este juízo para **requerer que seja determinado a busca e apreensão dos menores com sua imediata à representante legal.**

## **DA NECESSIDADE DE CONCESSÃO DA TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA**

A tutela provisória de urgência é medida que se impõe quando se fazem presentes os pressupostos do art. 300 e ss do CPC.

Pelo regramento processual, basta que o juiz faça uma sumária cognição para deferir a tutela de urgência.

No caso em tela, a **probabilidade do direito** encontra-se por demais evidenciadas, na medida em que os documentos anexos comprovam que a requerente além de mãe, é CURADORA DO FILHO, tendo sido subtraídos do poder da mãe pelo Requerido, de forma ilegal e arbitrária. O ***periculum in mora***, do mesmo modo, está configurado pela documentação anexa que evidencia, de forma inexorável, a violência psicológica sofrida pelos menores

Com efeito, as alegações da requerente ganham relevo diante dos fatos narrados, os quais demonstram **que Fulano de tal encontra-se em situação de risco.**

A tutela provisória de urgência ora pleiteada, como visto, se reveste de caráter urgente, fazendo-se mister seja concedida, como meio de evitar prejuízos ainda mais sérios a menor.

E, corroborando o pleito da mãe temos o entendimento do TJDF, vejamos:

***AGRAVO DE INSTRUMENTO. BUSCA E APREENSÃO DE MENOR. LIMINAR. DEFERIMENTO. PREVALÊNCIA DO INTERESSE DA CRIANÇA. RECURSO PROVIDO. I - Conforme preceitua o Estatuto da Criança e do Adolescente,***

*deve o julgador adotar a solução que melhor se ajuste aos interesses da criança. Em assim sendo, tratando-se de menor de tenra idade, **impõe-se o deferimento in limine da medida de busca e apreensão, para reavê-lo do pai que, utilizando-se do direito de visita, retirou-o do lar materno e não o devolveu, sob pena de, perpetuando tal situação, causar-se traumas irreversíveis ao infante, especialmente em razão da privação do necessário convívio com a mãe, mormente quando a guarda de fato encontra-se com esta desde a separação do casal.***II - O deferimento liminar de busca e apreensão de menor, ainda que atenda integralmente a pretensão do agravante, não enseja a perda superveniente do interesse recursal, exigindo, ao contrário, a convalidação do provimento preambular, que só se efetiva mediante o julgamento definitivo do recurso.III - Agravo provido.(Acórdão n.243239, 20060020001924AGI, Relator: NÍVIO GERALDO GONÇALVES, 1ª Turma Cível, Data de Julgamento: 16/03/2006, Publicado no DJU SECAO 3: 11/05/2006. Pág.: 61)

## **DOS PEDIDOS**

10. Face o exposto, requer:

a) sejam concedidos os benefícios da justiça gratuita, nos termos do art. 98, do CPC;

b) **a concessão da tutela provisória de urgência, nos termos do art. 300 e ss, do CPC, inaudita altera pars,** determinando-se que se proceda à busca e apreensão de **Fulano de tal**, que se encontra em poder da requerida, independentemente de justificação

prévia, **com a consequente entrega dos menores a sua genitora, ora Requerente;**

b.1) Em se deferindo a medida acima pleiteada, se dispõe a genitora do curatelado em acompanhar o Oficial de Justiça no quando do cumprimento da ordem judicial, **podendo ser contactada nos telefones de n.º XXXXXXXX ou XXXXXXXX;**

b.2) caso não seja esse o entendimento de Vossa Excelência, **que seja designada audiência de justificação, com a máxima urgência possível,** em razão dos fatos aqui narrados;

c) a intervenção do Ministério Público;

d) que ao final seja confirmada a tutela provisória de urgência para se determinar a busca e apreensão de **Fulano de tal**, com sua entrega a sua curadora legal, ora Requerente;

e) Sejam ainda, fixados honorários de sucumbência a serem pagos pela Requerida a favor do PROJUR na presente fase de cumprimento de sentença

Provará o alegado por todos os meios de provas admissíveis em direito, em especial pela juntada de documentos, oitiva das testemunhas e depoimento pessoal do Réu.

Dá-se à causa o valor de R\$ XXXXXXXX (XXXXXXXXX).

Nesses termos, pede deferimento.

XXXXXXXXX,      XX/XX/XX XX:XX:XX

**Fulano de tal,**

**FULANO DE TAL**

## **Defensor Público**